PROJETO BÁSICO

Modalidade de licitação:

( ) Dispensa

(X) Concorrência

Tipo:

( ) Direta

(x) Indireta

Regime de execução:

( ) Empreitada por preço unitário

( ) Empreitada integral

( ) Contratação integrada

(x) Empreitada por preço global

( ) Contratação por tarefa

( ) Contratação semi-integrada

Critério de julgamento:

( ) Menor preço

(x) Técnica e preço

( ) Maior desconto

( ) Melhor técnica ou conteúdo artístico

( ) Maior retorno econômico

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos básicos e executivos relativos às intervenções de infraestrutura urbana e rural no município.

1.1 Incluindo projetos de drenagem urbana, estruturas hidráulicas, contenção e estabilização de encostas, construção de barragens, elaboração de projeto de ponte em concreto armado, bem como projetos de requalificação de vias e construção de muros de arrimo.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 1 / 32

1.2 Os serviços deverão contemplar a realização de levantamentos de campo, estudos técnicos (hidrológicos, hidráulicos, geotécnicos e estruturais), elaboração de memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais elementos necessários à adequada caracterização das soluções propostas, de forma a subsidiar a futura contratação das obras.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação adotará o critério de julgamento técnica e preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão de se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, consistente na elaboração de projetos de engenharia voltados à infraestrutura urbana e rural do Município.

A adoção do critério de técnica e preço justifica-se pela complexidade e relevância técnica do objeto, que envolve:
elaboração de projetos de drenagem, barragens e estruturas hidráulicas;
contenção de encostas e obras geotécnicas;
projetos estruturais de pontes e muros de arrimo;
Tais serviços exigem elevado grau de especialização técnica, sendo inadequada a seleção baseada exclusivamente no menor preço, sob pena de comprometer a segurança, a qualidade e a eficiência das soluções propostas.

Justifica-se a contratação pela necessidade de assegurar a proteção da população, do patrimônio público e privado e da infraestrutura urbana e rural do município, diante da ocorrência de eventos adversos de natureza hidrológica e geotécnica. O município apresenta características geográficas e ambientais que o tornam suscetível a deslizamentos de encostas, enchentes, enxurradas e demais fenômenos naturais, os quais vêm sendo intensificados por fatores climáticos. Tais eventos, quando não prevenidos ou devidamente mitigados, podem ocasionar impactos significativos de ordem social, econômica e ambiental, comprometendo a segurança da população, a mobilidade urbana e a integridade de equipamentos públicos e privados.
Nesse contexto, a elaboração de projetos de engenharia voltados à prevenção e mitigação de riscos torna-se medida essencial para o adequado planejamento das intervenções necessárias, permitindo o mapeamento de áreas vulneráveis, a definição de soluções técnicas adequadas e a priorização de ações estruturantes. Projetos bem elaborados possibilitam a concepção de obras de contenção, sistemas de drenagem e demais estruturas hidráulicas, além de subsidiar a atuação coordenada da Administração Pública em ações preventivas e corretivas.
A implementação dessas iniciativas configura medida estratégica, na medida em que contribui para a redução da vulnerabilidade do município a desastres, minimiza a necessidade de ações emergenciais, reduz custos futuros com reparação de danos e promove maior segurança, resiliência e qualidade de vida para a população. Dessa forma, a contratação pretendida visa não apenas o atendimento às diretrizes técnicas e normativas aplicáveis, mas, sobretudo, a preservação de vidas, a proteção do patrimônio e o fortalecimento da capacidade do município de enfrentar situações adversas de forma planejada e eficiente.

3. VALORES REFERENCIAIS

Planilha de Custo/Mapa de Pesquisa de Preços e Orçamentos (anexo)

Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unidade	Quant.	Valor aferido conforme planilha orçamentária
01	Elaboração de projetos para revitalização de calçamento e construção de ponte em concreto armado na av. José João Sartório	und	01	130.993,03

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 2 / 32

02	Elaboração de projetos para construção de barragem em Prosperidade	und	01	113.872,08
03	Elaboração de projetos para construção de barragem em Sumidouro	und	01	79.502,22
04	Elaboração de projetos para construção de barragem em Vargem Grande	und	01	97.005,81
05	Elaboração de projetos para construção de barragem em Morro Branco	und	01	79.847,48
06	Elaboração de projetos para construção de muro de arrimo e drenagem no Pronto Socorro Municipal, na Sede do Município	und	01	82.945,05
07	Elaboração de projetos para drenagem com início na rua Nestor Gomes até o final da Elizeu Gasparini por cerca de 800m de extensão, na Sede do Município,	und	01	77.112,90
Total				**R$ 661.278,57**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 30
Unidade: 002
Programa:030002.0618200852.082
Elemento de Despesa: 33903900000
Fonte de Recurso: 18990000
Ficha: 58

5.MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O início da obra dar-se-á em até 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço.

A entrega deverá ser realizada após a execução total da obra, em conformidade com os projetos aprovados.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 3 / 32

O prazo máximo para execução da obra é de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro.

O prazo máximo de vigência do contrato é de 15 (quinze) meses.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

A prorrogação do prazo de execução do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

O projeto será para obras a serem executadas nos locais abaixo especificado:

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DE CALÇAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO NA AV. JOSÉ JOÃO SARTÓRIO, VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: AV. JOSÉ JOÃO SARTÓRIO, VARGEM ALTA/ ES

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM EM PROSPERIDADE, VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: PROSPERIDADE, VARGEM ALTA/ES

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM EM SUMIDOURO, VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: SUMIDOURO, VARGEM ALTA/ ES

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM EM VARGEM GRANDE, VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: MEROTO, VARGEM GRANDE, VARGEM ALTA/ ES

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM EM MORRO BRANCO, VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: MORRO BRANCO, VARGEM ALTA/ ES

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO E DRENAGEM NO PRONTO SOCORRO EM VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: CENTRO, VARGEM ALTA/ ES

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA DRENAGEM COM INÍCIO NA RUA NESTOR GOMES ATÉ O FINAL DA ELIZEU GASPARINI POR CERCA DE 800m DE EXTENSÃO, NO CENTRO DE VARGEM ALTA - ES.

LOCAL: CENTRO, VARGEM ALTA - ES

Endereço: nos locais expecificados acima.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 4 / 32

Telefone de contato: 28 999102604

E-mail: def.civilpmva@gmail.com

6. HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica:

- Cédula de Identidade dos sócios da empresa;

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ), expedida no ano em curso.

Habilitação Fiscal e Trabalhista:

- Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

- Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida eletronicamente pela Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1°. de maio de 1943. (Incluído pela Lei n°. 12.440, de 2011).

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 5 / 32

- Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

- Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

- Compromisso de constituição do consórcio, conforme regras estabelecidas no edital.

Habilitação Econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

- No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e na forma da lei;

- Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

- O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

- É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

- As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

- Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

- A boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>=1,0), e Endividamento Geral (EG), menor ou igual um (<=1,0), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} >= 1,0$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\quad} >= 1,0$$

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 6 / 32

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

EG = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo <=1,0

Ativo Total

LC = Ativo Circulante >1,0

Passivo Circulante

- Os índices LG, SG, EG e LC deverão ser calculados pelas licitantes e apresentados em formulário próprio, com os Cálculos dos Quocientes de Estrutura de Capitais e de Liquidez para execução das obras e serviços, que faz parte deste Edital, devendo sofrer verificação pela Comissão, para fins de habilitação;

- No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

- O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

- Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte fórmula:

PLCCons = PLC x PartC,

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

10.2.3.8.2 O acréscimo previsto no item anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.

- O Agente de Contratação verificará mediante consulta “*on line*” nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU – (https://contas.tcu.gov.br);

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 7 / 32

- Existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Habilitação Técnica:

Registro ou inscrição da empresa licitante e do responsável técnico que irá atuar na execução do objeto da futura licitação no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme o caso e no que couber, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, acompanhado de comprovante de quitação.

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, relativo **à execução dos serviços idênticos ou similares** que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

Elaboração de projeto em drenagem e pavimentação
Elaboração de projeto de ponte em concreto armado
Elaboração de projeto de barragem hídrica
Elaboração de Plano de Controle Ambiental.

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; o profissional devidamente relacionado na certidão de registro e quitação de pessoa jurídica emitida pelo CREA, CAU ou CRT; ou o relacionado em declaração que indique a contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, sendo necessária a apresentação do vínculo com a empresa no momento da contratação.

Para atendimento do disposto acima, faz-se necessária a anuência do responsável técnico indicado pela licitante; (Acórdão 000963/2023-1 TCEES).

No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei n° 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

Comprovação da capacidade técnico-operacional de que o licitante executou serviço/obra de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo e os quantitativos mínimos a seguir definidos, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional – CAO com atestado, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, conforme o caso e no que couber

ESPECIFICAÇÃO **QUANT.**

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 8 / 32

Elaboração de projeto em drenagem e pavimentação	1 und
Elaboração de projeto de ponte em concreto armado.	1 und
Elaboração de projeto de barragem hídrica em concreto armado.	1 und
Elaboração de Plano de Controle Ambiental.	1 und

Na hipótese de a vencedora da licitação ter seu Registro no CREA de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO o “VISTO” do seu Registro no CREA do Estado do Espírito Santo, de acordo com o que preceitua o art. 69 da Lei nº 5.194/1966.

Comprovação de julgamento:

A presente contratação adotará o critério de julgamento técnica e preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no item 2 deste Projeto Básico.

Ponderação entre técnica e preço
A avaliação das propostas observará a seguinte ponderação:
Proposta Técnica (NT): 70% (setenta por cento)
Proposta de Preço (NP): 30% (trinta por cento)
A Nota Final (NF) será calculada conforme a fórmula:
NF = (NT × 0,7) + (NP × 0,3)

Avaliação da proposta técnica
A proposta técnica será avaliada por banca designada pela Administração, composta por, no mínimo, 3 (três) membros com conhecimento técnico compatível com o objeto.
A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos, distribuída conforme os seguintes critérios:
I – Experiência da empresa (até 20 pontos)
Comprovação mediante atestados de capacidade técnica relativos a serviços similares ao objeto da contratação.

A pontuação será atribuída conforme os seguintes critérios:
a) 5 (cinco) pontos por atestado válido apresentado, limitado a 4 (quatro) atestados, totalizando o máximo de 20 (vinte) pontos;

Critérios de aceitação dos atestados
Serão considerados válidos os atestados que comprovem a execução de serviços de engenharia compatíveis com o objeto da contratação, especialmente aqueles relacionados a:
elaboração de projetos de drenagem;
projetos de barragens ou estruturas hidráulicas;
contenção de encostas e obras geotécnicas;
projetos estruturais e de infraestrutura urbana ou rural;

Regras para pontuação
Para fins de pontuação, deverão ser observadas as seguintes regras:

a) cada atestado será pontuado apenas uma vez, independentemente da quantidade de serviços nele descritos;

b) não será admitido o fracionamento de um mesmo contrato para fins de pontuação;

c) somente serão considerados atestados devidamente assinados e que contenham identificação do contratante, descrição do objeto e período de execução;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 9 / 32

d) atestados que não guardem similaridade com o objeto da contratação não serão pontuados;

Limitação de pontuação

A pontuação máxima atribuída neste critério será de 20 (vinte) pontos, ainda que sejam apresentados mais de 4 (quatro) atestados válidos.

II – Capacitação técnico-profissional (até 30 pontos)

A capacitação técnico-profissional será avaliada com base na qualificação e experiência dos profissionais indicados pela licitante para execução do objeto, devendo ser comprovada por meio de documentação idônea.

Profissionais exigidos
Engenheiro Civil ou profissional legalmente habilitado, com atribuições compatíveis com o objeto;
Outros profissionais poderão ser apresentados conforme a complexidade da proposta (geotécnico, hidráulico, estrutural, etc.);

Formação acadêmica
Serão aceitos profissionais com as seguintes formações:

a) Engenharia Civil;

b) Engenharia Sanitária e Ambiental;

c) Engenharia de Produção Civil;

d) Engenharia de Infraestrutura;

e) Arquitetura e Urbanismo (quando aplicável ao objeto);

f) outras formações correlatas, desde que compatíveis com as atribuições técnicas exigidas para execução dos serviços.

Todos os profissionais deverão possuir registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU).
Comprovação da experiência profissional
A experiência será comprovada por meio de:
Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA;
Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido pelo CAU;
Relativos à execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, tais como:
projetos de drenagem;
projetos de barragens ou estruturas hidráulicas;
contenção de encostas e obras geotécnicas;
projetos estruturais e de infraestrutura urbana ou rural;
Pontuação
A pontuação será atribuída conforme os seguintes critérios:

a) até 15 (quinze) pontos pela experiência do responsável técnico principal, comprovada por CAT ou RRT em serviços similares;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 10 / 32

b) até 15 (quinze) pontos pela qualificação e experiência dos demais profissionais da equipe técnica.

Comprovação de vínculo com a licitante
Os profissionais indicados deverão comprovar vínculo com a licitante por meio de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

a) carteira de trabalho assinada (CTPS);

b) contrato de prestação de serviços vigente;

c) contrato social da empresa (no caso de sócio);

d) declaração de compromisso de vinculação futura, acompanhada de anuência do profissional.

Regras gerais

a) os profissionais indicados deverão participar efetivamente da execução do objeto;

b) a substituição de profissionais somente será admitida mediante aprovação da Administração, devendo o substituto possuir qualificação igual ou superior;

c) não será admitida a indicação de profissionais sem comprovação de vínculo;

d) a ausência de comprovação da qualificação técnica implicará na não pontuação do item correspondente.

III – Metodologia e Programa de Trabalho (até 25 pontos)
A metodologia e o programa de trabalho apresentados pela licitante serão avaliados quanto à sua adequação, consistência e compatibilidade com o objeto da contratação, considerando a complexidade dos serviços de engenharia a serem executados.
Forma de apresentação
A proposta técnica deverá conter documento específico denominado “Metodologia e Programa de Trabalho”, devendo contemplar, no mínimo:

a) descrição detalhada da compreensão do objeto e dos serviços a serem executados;

b) metodologia de execução dos projetos, incluindo etapas, técnicas e ferramentas a serem utilizadas;

c) plano de trabalho com definição das fases, atividades e sequência lógica de execução;

d) cronograma físico compatível com os prazos estabelecidos;

e) estratégias de compatibilização entre as disciplinas técnicas (arquitetura, estrutura, drenagem, geotecnia, etc.);

f) descrição dos recursos técnicos e tecnológicos a serem utilizados, incluindo softwares e, quando aplicável, metodologia BIM;

g) procedimentos de controle de qualidade e validação dos projetos;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 11 / 32

h) abordagem para atendimento aos critérios de sustentabilidade, acessibilidade e eficiência energética.

Critérios de avaliação

A avaliação será realizada por banca técnica, considerando os seguintes aspectos:

a) nível de compreensão do objeto;

b) coerência e consistência da metodologia proposta;

c) adequação do planejamento e cronograma;

d) capacidade de integração entre as disciplinas técnicas;

e) clareza, objetividade e organização da proposta;

f) adequação às normas técnicas e às exigências do Projeto Básico.

Pontuação

A pontuação máxima será de 25 (vinte e cinco) pontos, distribuída da seguinte forma:

a) Compreensão do objeto: até 5 (cinco) pontos;

b) Metodologia de execução: até 8 (oito) pontos;

c) Programa de trabalho e cronograma: até 5 (cinco) pontos;

d) Compatibilização entre disciplinas: até 4 (quatro) pontos;

e) Controle de qualidade e soluções técnicas: até 3 (três) pontos;

Parâmetros de atribuição de notas

Para cada subcritério, a pontuação será atribuída conforme os seguintes parâmetros:

- Excelente: 100% da pontuação do item;
- Bom: até 80% da pontuação;
- Regular: até 50% da pontuação;
- Insuficiente: 0 (zero) ponto.

Regras gerais

a) serão desconsideradas propostas genéricas ou que não demonstrem aderência ao objeto;

b) propostas que não apresentarem metodologia compatível com o Projeto Básico não serão pontuadas neste critério;

c) a ausência de qualquer dos itens obrigatórios poderá implicar redução proporcional da pontuação;

d) a metodologia apresentada deverá ser exequível e compatível com os recursos propostos.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 12 / 32

IV – Produtos e Entregáveis (até 10 pontos)
A proposta técnica deverá apresentar a relação dos produtos a serem desenvolvidos, compatíveis com o objeto da contratação, contemplando, no mínimo, estudos preliminares, projetos básicos e executivos, memoriais descritivos e de cálculo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos pertinentes.
A avaliação considerará:
a adequação dos produtos ao objeto;
o nível de detalhamento apresentado;
a coerência com a metodologia proposta;
o atendimento às normas técnicas aplicáveis;
Pontuação
A pontuação será atribuída até o limite de 10 (dez) pontos, conforme os seguintes critérios:
adequação dos produtos: até 3 pontos;
nível de detalhamento: até 3 pontos;
coerência com a metodologia: até 2 pontos;
atendimento às normas técnicas e organização: até 2 pontos;
Serão desconsideradas propostas que apresentem descrição genérica ou incompatível com o objeto da contratação.

V – Sustentabilidade e Soluções Técnicas (até 15 pontos)
A proposta técnica será avaliada quanto à adoção de soluções sustentáveis e tecnicamente adequadas ao objeto, considerando a eficiência, a redução de impactos ambientais e a inovação aplicada aos projetos.
Pontuação
A pontuação será atribuída até o limite de 15 (quinze) pontos, conforme os seguintes critérios:

a) Adoção de soluções que reduzam impactos ambientais (controle de erosão, drenagem sustentável, manejo de águas pluviais): até 3 pontos;

b) Uso de técnicas ou materiais que promovam eficiência e durabilidade das obras: até 5 pontos;

c) Previsão de soluções com eficiência energética ou otimização de recursos: até 4 pontos;

d) Integração com o meio ambiente e respeito às características locais (topografia, solo, vegetação): até 2 pontos;

e) Proposição de soluções técnicas inovadoras ou uso de tecnologias (ex: BIM, modelagem, simulações): até 1 ponto;
Regras de avaliação

a) serão desconsideradas propostas genéricas ou que não demonstrem aplicação prática ao objeto;

b) a pontuação será atribuída conforme o grau de detalhamento e aplicabilidade das soluções apresentadas;

c) soluções incompatíveis com o objeto não serão consideradas para fins de pontuação;

Avaliação da proposta de preço
A nota da proposta de preço será calculada conforme a fórmula:
NP = 100 × (X1 / X2)
Onde:
X1 = menor preço válido apresentado entre os licitantes classificados;
X2 = preço da proposta avaliada;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 13 / 32

Julgamento final
Será considerada vencedora a proposta que obtiver a maior Nota Final (NF), resultante da ponderação entre as notas técnica e de preço.

Critérios de desclassificação
Serão desclassificadas as propostas que:
não atenderem às exigências técnicas estabelecidas;
obtiverem nota técnica inferior a 60 (sessenta) pontos;

Modo de disputa
O procedimento licitatório será realizado no modo de disputa fechado, com apresentação de propostas sigilosas até a abertura da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

Verificação de conformidade
A proposta classificada em primeiro lugar será submetida à verificação de conformidade técnica e de preço, podendo a Administração:
solicitar documentos complementares;
promover diligências;
exigir ajustes na proposta;
com vistas a comprovar sua aderência ao Projeto Básico.

Outros documentos:

- Comprovação da condição de micro ou pequena empresa através da apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida no ano em curso, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio e a Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 2006, bem como suas alterações, bem como no art. 4º da Lei 14.133/2021;

- A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

- A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

- Declaração conjunta conforme modelo a ser disponibilizado, onde conste:

- A inexistência de fato superveniente, impeditivo da participação da empresa na presente licitação, bem como de que aceita incondicionalmente de todas as condições deste edital;

- O atendimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz;

- Possuir compromisso com a sustentabilidade ambiental;

- Dispor dos equipamentos, utensílios e pessoal adequados à plena execução do objeto licitado;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 14 / 32

- Não possuir sócio, administrador, gerente ou funcionário que seja servidor ou dirigente, atuando na Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES;

- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- Que dispõe de equipamentos, utensílios e pessoal para a execução do objeto.

- Declaração de concordância em subcontratar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor licitado para empreendedor individual, microempresas e empresa de pequeno porte, as quais deverão estar indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e/ou serviços a serem fornecidos e respectivos valores. Essa declaração somente será necessária caso a licitante não se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- A execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Obrigações do gestor do contrato:

- Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato e realizar o acompanhamento orçamentário e financeiro dos contratos sob sua gestão;

- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 15 / 32

- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

- Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

- Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 3º;

- Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

- Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

- Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

- Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

- Verificar os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o contratado:

    - não produzir os resultados, atrasar a execução, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

    - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

    - não adimplir com as obrigações contratuais.

8 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

TITULAR:

Nome do servidor: Lucas Sabino da Rocha

Nº matrícula: 011160

Função/ Cargo: agente de defesa civil

Lotação: secretaria de gabinete

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 16 / 32

SUPLENTE:

Nome do servidor: Dione Rafael Fagundes Betini

Nº matrícula: 011073

Função/ Cargo: coordenador de proteção e defesa civil

Lotação: secretaria de gabinete

- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Art. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

Da fiscalização administrativa

Cabe ao fiscal administrativo:

- Anotar de forma organizada e em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º do Art. 117 da Lei 14.133/2021;

- Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

- Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

- Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

- Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

- Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

- Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

- Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento.

Da fiscalização técnica

Cabe ao fiscal técnico:

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 17 / 32

- Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

- Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

– Emitir laudos e relatórios a fim de subsidiar o fiscal administrativo no envio de notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

- Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

- Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

- Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação ou à prorrogação contratual tempestiva;

- Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

- Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

- Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

- Após a execução total do contrato, o objeto contratual será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) a 30 (trinta) dias de comunicação escrita do Contrato.

- Após o recebimento provisório, e verificado o perfeito atendimento de todas as exigências da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, o objeto contratual será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da emissão do termo de recebimento provisório.

- O termo de recebimento definitivo é responsável para a liberação da garantia de contratação.

- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 18 / 32

- O objeto contratual somente será considerado aceitável se todos os projetos apresentados (básico e/ou executivo) estiverem devidamente compatibilizados entre si, contemplando todas as disciplinas envolvidas (arquitetônico, estrutural, hidrossanitário, elétrico, entre outros), evitando interferências e conflitos técnicos.

- Os projetos deverão ser entregues acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente quitados, em conformidade com as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

- Todos os documentos técnicos deverão obedecer rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como às legislações federais, estaduais e municipais vigentes, incluindo códigos de obras e posturas aplicáveis ao Município.

- Os projetos deverão apresentar nível de detalhamento suficiente para permitir a perfeita execução da obra, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais elementos necessários.

- Os desenhos técnicos deverão ser apresentados em escala adequada, com clareza, legibilidade e padronização, contendo todas as cotas, níveis, especificações e legendas necessárias à correta interpretação.

- Os arquivos digitais deverão ser entregues em formatos editáveis (como DWG, DOC, XLS ou similares) e também em formato não editável (PDF), devidamente organizados e identificados.
Será obrigatória a entrega de modelo digital, quando aplicável, em metodologia BIM (Building Information Modeling), conforme diretrizes estabelecidas pela contratante ou normativos federais vigentes.

- Os projetos deverão contemplar soluções que atendam aos princípios de sustentabilidade, acessibilidade e eficiência energética, em conformidade com a legislação pertinente e normas técnicas aplicáveis.

- A contratada deverá promover todas as correções, ajustes e complementações solicitadas pela fiscalização, sem ônus adicional, até a aprovação definitiva dos projetos.
O prazo máximo para a realização das correções será de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da solicitação formal da fiscalização, podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente apresentada e aceita pela Administração.
Os projetos revisados deverão ser encaminhados para análise dos fiscais por meios digitais oficiais, tais como correio eletrônico institucional (e-mail) ou sistema eletrônico de tramitação de documentos (E-Docs), conforme orientações da

- A aceitação do objeto estará condicionada à aprovação formal por parte da equipe técnica da contratante, que verificará a conformidade com o termo de referência e demais documentos do processo.

- A aceitabilidade também estará condicionada à viabilidade técnica e econômica das soluções propostas, devidamente comprovadas por meio de estudos e justificativas técnicas.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 19 / 32

- Atender às legislações ambientais, urbanísticas e de uso e ocupação do solo aplicáveis, incorporando aos projetos as exigências dos órgãos competentes;

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro entregue e ao serviço executado e aos materiais empregados.

- Os pagamentos serão realizados conforme realização de medição, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à apresentação desta, mediante apresentação do documento fiscal hábil. Esse prazo poderá ser estendido caso o recurso para pagamento seja proveniente de convênios, contratos de repasse ou congênere, sendo que nestes casos os pagamentos ficam condicionados à liberação de recursos pelos órgãos concedentes.

- Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provado pela CONTRATADA, deverão contemplar atualização monetária, nos seguintes termos:

$$AM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

AM = Valor da atualização monetária

VF = Valor da nota fiscal referente ao mês em atraso

ND = Número de dias em atraso

- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar as documentações descritas abaixo, que deverão estar válidas e vigentes quando de sua apresentação para pagamento das medições:

- Para a primeira medição:

a) Certidão Negativa de Débito com as Receitas Federal, Estadual (sede ou domicílio da empresa) e Municipal (sede ou domicílio da empresa)

b) Certidão Negativa de Débitos com o FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução;

e) Cadastro Nacional da Obra (CNO);

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 20 / 32

f) Prova de recolhimento junto ao FGTS e ao INSS, referente ao mês anterior à execução dos serviços;

g) GFD – Detalhe da Guia a Ser Emitida por CNO, quando obrigatório;

h) Folha de pagamento referente ao mês anterior à execução dos serviços.

17.5.2 Para as demais medições:

a) Certidão Negativa de Débito com as Receitas Federal, Estadual e Municipal (sede da empresa);

b) Certidão Negativa de Débitos com o FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) Prova de recolhimento junto ao FGTS e ao INSS, referente ao mês anterior à execução dos serviços;

e) GFD – Detalhe da Guia a Ser Emitida por CNO, quando obrigatório;

f) Folha de pagamento referente ao mês anterior à execução dos serviços.

- Para a última medição, além da documentação exigida no item 17.4.2, apresentar o Termo de Recebimento Provisório da obra, emitido pelo fiscal da obra.

- Deverá, também, ser apresentada a Certidão Negativa da Obra, obtida mediante acesso ao site da Receita Federal do Brasil.

- A Prefeitura Municipal de Vargem Alta não se responsabilizará por quaisquer autuações fiscais ou gravames futuros, decorrentes de interpretações errôneas, por parte da Licitante, nas aplicações de impostos, suas alíquotas, suspensões, base de cálculo, isenções etc.

- As contratações realizadas pelos regimes de execução empreitada por preço global, empreitada integral, contratação integrada e contratação semi-integrada, serão licitados por preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

11.RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 21 / 32

- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

- Publicar o presente Contrato, em resumo, no Órgão do Oficial do Município ou outros órgãos da imprensa oficial.

- Mediante processo devidamente instruído, o Contratante poderá acrescer ou diminuir o volume de serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, bem como acrescer o prazo decorrente de alterações do projeto, inclusão ou exclusão de serviços.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Utilizar pessoal devidamente registrado, recolher todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros inerentes, resultantes da execução do presente Contrato, sendo que a inadimplência de tais obrigações, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso da obra, assim como tomar todas as medidas necessárias para a segurança de seus empregados e de terceiros;

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

- A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal;

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

- Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com vício, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 22 / 32

- Desenvolver os projetos com nível de detalhamento suficiente para permitir a adequada licitação, execução, fiscalização e operação futura da obra, responsabilizando-se pela exatidão das informações apresentadas;

- Assegurar a compatibilização total entre todos os projetos e disciplinas envolvidas, incluindo arquitetura, estrutura, fundações, instalações elétricas, hidrossanitárias, drenagem, prevenção e combate a incêndio, entre outros, evitando interferências e inconsistências;

- Realizar levantamentos técnicos necessários, tais como topográficos, cadastrais, geotécnicos e demais estudos complementares indispensáveis à adequada elaboração dos projetos, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a execução de todos os serviços complementares necessários ao fiel cumprimento do objeto, sem direito a ônus adicional para a Administração, devendo tais serviços atender integralmente aos critérios técnicos e normativos aplicáveis.

- Responsabilizar-se pela verificação in loco das condições existentes, assumindo como corretas as informações levantadas para elaboração dos projetos;

- Emitir as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, relativas a todos os serviços técnicos executados, não havendo prazo determinado, devendo a contratada atender prontamente às solicitações.

- Prestar esclarecimentos e apoio técnico à Contratante durante a fase de licitação dos projetos elaborados, inclusive quanto à análise de propostas, quando solicitado;

- Prestar assistência técnica durante a execução dos projetos elaborados, sanando dúvidas, emitindo pareceres e detalhamentos complementares necessários à fiel execução do projeto, a qualquer momento quando solicitado pela administração;

- Garantir que os projetos estejam livres de vícios técnicos que possam comprometer a execução da obra ou gerar custos adicionais à Contratante;

- Manter sigilo sobre todas as informações, dados e documentos fornecidos pela Contratante ou produzidos em decorrência do contrato;

- Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de erros de projeto que venham a impactar a execução dos projetos elaborados, inclusive custos adicionais, retrabalhos e atrasos;

- Promover a adequação dos projetos às normas de acessibilidade, segurança contra incêndio e pânico, e demais exigências legais pertinentes;

13 -SUSTENTABILIDADE

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 23 / 32

- Os projetos de engenharia a serem elaborados e executados pela contratada deverão observar, de forma integrada, princípios de sustentabilidade, eficiência e responsabilidade socioambiental, em conformidade com diretrizes nacionais aplicáveis ao desenvolvimento sustentável no setor de infraestrutura e construção civil.

- As soluções técnicas deverão priorizar a otimização do uso de recursos naturais e insumos, contemplando medidas que promovam a eficiência no consumo de água e energia, a redução de perdas e desperdícios, bem como a minimização da geração de resíduos sólidos, com previsão de reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada.

- Os projetos deverão incorporar, sempre que tecnicamente viável e economicamente justificável, tecnologias e sistemas que favoreçam o desempenho ambiental das obras, incluindo o uso de materiais de baixo impacto ambiental, soluções de eficiência energética, sistemas de captação e reuso de água, além da adoção de fontes de energia renovável.

- Deverão ainda ser consideradas práticas de planejamento, execução e operação que contribuam para a mitigação de impactos ambientais, aumento da durabilidade das estruturas e redução de custos ao longo do ciclo de vida do empreendimento, em consonância com referenciais de sustentabilidade aplicáveis ao setor.

14 - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- Após a assinatura do contrato e antes da emissão da ordem de serviço, o adjudicado deverá apresentar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor do conforme art. 98 da NLLC, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, podendo ser apresentado:

I - Caução em dinheiro, com apresentação de cópia autenticada do comprovante de recolhimento emitido pela instituição bancária em depósito identificado realizado na Conta Corrente 22.596.837, Agência: 0187, Banestes/ Chave pix: 694e10fc-932a-43b1-8a03-7f80543649ac;

II – Caução em título da dívida pública, emitido pela forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

III - Seguro-garantia;

IV - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

V - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

- A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 24 / 32

- A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15 -INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, a licitante ou contratada que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- A licitante ou a contratada ficará sujeita as penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, que serão aplicadas a exclusivo critério da Administração, quantificados os danos ao município.

- No tocante à multa esta será imposta conforme descrito nos subitens seguintes, resguardado o contraditório e a ampla defesa:

- Pela infração prevista na alínea “a”, será aplicada:

- Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 90% e menor que 100%;

- Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 80% e menor ou igual a 90%;

- Multa compensatória de 15% (quinze por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 70% e menor ou igual a 80%;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 25 / 32

- Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 60% e menor ou igual a 70%;

- Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado para contratos com execução menor ou igual a 60%.

- Pela infração prevista na alínea “b”, será aplicada multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

- Pela infração prevista na alínea “c”, será aplicada multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

- Pela infração prevista na alínea “f”, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado;

- Pela infração prevista na alínea “g”, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor contratado por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

- Pela infração prevista nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado.

- Os valores das multas serão sempre atualizados até o mês da aplicação das mesmas utilizando IPCA-E como índice das penalidades previstas.

- As importâncias correspondentes às multas que forem impostas à contratada serão deduzidas dos pagamentos efetuados.

- Não havendo pagamento a fazer à Contratada, serão as multas e outros débitos descontados na garantia prestada para a execução do contrato. Caso o valor da garantia não seja suficiente para o devido pagamento, a dívida restante será inscrita na Dívida Ativa para cobrança executiva, ficando a empresa suspensa de participar de quaisquer outras licitações promovidas pela Prefeitura enquanto não quitada a dívida**.**

- Em caso de revisão unilateral do contrato por culpa da contratada, nas hipóteses previstas nos incisos I a X do Art. 155 da Lei 14.133/2021, poderá a contratada em benefício da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, a garantia prestada, sem direito a reclamação ou qualquer indenização e sem prejuízo das demais penalidades, inclusive as multas a serem previstas no edital.

16 – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- O contrato gerado em função desta licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos:

- Unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos casos permitidos por Lei.

- Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 26 / 32

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviços, bem como do modo de fornecimento, em fase de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração;

e) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

- Se no contrato não houver sido contemplado preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no item anterior.

- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

- Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos do contratado, a Prefeitura Municipal de Vargem Alta deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

- Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

17 – REAJUSTE

- Os preços propostos são irreajustáveis, durante o prazo de um ano, contado da data do orçamento estimativo, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

- O orçamento estimado pela Administração se baseou nas seguintes planilhas referenciais:

1. **a) DER-ES CONS MAR/2026**

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 27 / 32

- Não obstante o disposto no subitem precedente, ajustam as partes que, caso haja alterações do dispositivo legal que determina aplicação de reajuste com periodicidade anual, ou então, na hipótese de diminuição dessa periodicidade, os preços avençados neste subitem, passarão a ser reajustados com a mesma periodicidade determinada pelo governo Federal ou, caso tenha havido a simples extinção dessa periodicidade, os preços contratuais passarão a ser reajustados mensalmente.

- Em ocorrendo uma das situações previstas no subitem anterior ou após 12 (doze) meses da data do orçamento estimativo, os preços serão reajustados utilizando índice do INCC - Índice Nacional de Custo de Construção índice do INCC - Índice Nacional de Custo de Construção para os casos de licitação de obras e IPCA-e para as demais contratações, considerando-se como data-base o mês correspondente orçamento estimativo da licitação.

- O reajuste afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

18 - RECOMPOSIÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- Visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos por acordo entre as partes, nas hipóteses de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

- A revisão que trata este item poderá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise de elementos materiais que sustentem a necessidade de revisão.

- Para a solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, a requerente deverá apresentar a documentação exigida pelo art. 5º da PORTARIA CONJUNTA PGM/CGM nº 001/2021, a saber:

a) Pedido firmado pelo representante legal da empresa, contendo fundamentação normativa e contratual;

b) Demonstração do nexo de causalidade entre a variação extraordinária de custos e os impactos na execução contratual;

c) Revisão da tabela referencial de preços (SINAPI, IOPES, DER, SICRO, DNIT, CESAN etc.);

d) Comprovação de que os itens impactados integram a Curva ABC (faixa A) do contrato;

e) Composições dos serviços com insumos atualizados e planilhados separadamente;

f) Cópias de notas fiscais comprovando a aquisição de materiais pelo preço atualizado;

g) Comprovante de medição (se houver), demonstrando a execução dos serviços afetados;

h) Impacto econômico-financeiro detalhado para cada item de serviço pleiteado;

i) Planilhas em formato eletrônico editável;

j) Percentual mínimo para processamento do pedido de reequilíbrio deve ser superior a 7%, conforme entendimento do TCU.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 28 / 32

- O pedido de reequilíbrio econômico do contrato será analisado e respondido no menor prazo possível, respeitando o limite de 90 (noventa) dias a partir da data do protocolo da solicitação, salvo se a Administração, de forma devidamente justificada, demonstrar a impossibilidade de conclusão da análise dentro desse prazo.

- O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021.

19 – EXTINÇÃO CONTRATUAL

- O CONTRATANTE poderá declarar rescindido este Contrato, com base em falta da Contratada, independentemente de interpelação judicial e assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

- O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

a) supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

b) - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 29 / 32

d) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

e) não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

- As hipóteses de extinção a que se referem os itens “b”, “c” e “d” anteriores observarão as seguintes disposições:

a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

- A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

- A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

- Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

20 – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 30 / 32

- É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

- A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

- Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

- O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

- O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

- O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

- Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

- Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

- O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

- Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

21 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Vargem Alta, 04 de novembro de 2026.

ELABORADOR:

PATRICILENE SABINO
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL - DEFCIV - SEGAB

APROVAÇÃO:

ELLEN PETERLE GOUVEIA ALTOÉ AGRIZZI
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE

2026-KRXJQT - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 16:57 PÁGINA 31 / 32

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PATRICILENE SABINO
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DEFCIV - SEGAB - PMVA
assinado em 04/11/2026 16:25:03 -03:00

ELLEN PETERLE GOUVEIA ALTOÉ AGRIZZI
SECRETÁRIO MUNICIPAL
GASEGAB - SEGAB - PMVA
assinado em 04/11/2026 16:57:25 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 04/11/2026 16:57:26 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PATRICILENE SABINO (CHEFE DE DEPARTAMENTO - DEFCIV - SEGAB - PMVA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2026-KRXJQT